A queda dos preços do petróleo E a sua influência na dinâmica transfronteiriça Oshikango-Santa Clara

Ezequiel Israel Jonas
Centr o de Estudos Internacionais
ISCTE-IUL
Lisboa, Portugal Ezequiel_Jonas@iscte-iul.pt
DOI: https://doi.org/10.53766/HumSur/2021.30.06

Resumo

O objectivo deste artigo é descreve-se quais foram as consequências da queda dos preços do petróleo na dinâmica comercial da fronteira Oshikango-Santa Clara. Foi feita uma análise documental de informações recolhidas de vários documentos sobre o tema dos preços do petróleo e a sua influência na dinâmica transfronteiriça. Está concluído: O crescimento da economia de Angola está vinculado principalmente à exploração petrolífera, apesar do país ser possuidor de uma grande riqueza em recursos naturais; esta ocorrência exerceu influência significativa sobre o comércio informal transfronteiriço, o qual representa uma base económica importante na zona geográfica que limita Angola e Namíbia.

Palavras-chave: Preços, Petróleo, economia, Angola, fronteira, Oshikango-Santa Clara

The fall in oil prices and its dynamic cross-border influence, Oshikango–Santa Clara

Abstract

The aim of this article is to describe in detail the consequences of the fall in oil prices on the commercial dynamics of the Oshikango-Santa Clara border. A documentary analysis has been made of information gathered from various documents on the subject of oil prices and their influence on cross-border dynamics. It is concluded: The growth of Angola's economy is primarily linked to oil exploration, despite the country's great wealth of natural resources; this has had a significant influence on informal cross-border trade, which represents an important economic base in the geographical area bordering Angola and Namibia.

Keywords: Oil prices, economy, Angola, border, Oshikango-Santa Clara

Recibido: 1.12.20 / Revisado:11.12.20 / Aprobado:28.12.20

La caída de los precios del petróleo y su dinámica influencia transfronteriza, Oshikango-Santa Clara

Resumen

El objetivo es describir las consecuencias de la caída de los precios del petróleo en la dinámica comercial de la frontera entre Oshikango y Santa Clara. Se ha hecho un análisis documental de la información recogida en diversos documentos sobre el tema. Se ha concluido: El crecimiento de la economía de Angola está vinculado principalmente a la exploración petrolera, a pesar de la gran riqueza de recursos naturales del país; esto ha tenido una influencia significati a en el comercio transfronterizo informal, que representa una base económica importante en la zona geográfica f onteriza entre Angola y Namibia.

Palabras clave: Precios del petróleo, economía, Angola, frontera, Oshikango-Santa Clara

1. Introdução

Angola é uma das economias com mais dinamismo no continente africano, com um crescimento baseado fundamentalmente no aumento da produção petrolífera, o qual se aproxima dos dois milhões de barris diários e posiciona o país entre os grandes produtores de crude na escala mundial. Ao mesmo tempo, partilha as características dos chamados Países Menos Avançados (PMA)[1] pela Organização das Nações Unidas (2008), enfrentando desafios est uturais[2] sérios e complexos.

Trata-se de um país extenso com uma população relativamente escassa, e com uma grande diversidade e abundância em recursos naturais, para além do petróleo que sobressai pela importância do seu elevado valor de produção e pelo volume das suas reservas. É de enfatizar, também, a desigualdade na distribuição de riqueza, assim como a imensurável corrupção política que tem favorecido o enriquecimento de uma cúpula muito limitada ligada ao poder (Global Witness, 2004; Human Rights Watch, 2010; Fundo Monetário Internacional, 2018), em oposição ao nível de pobreza que mantém a maior parte da população, em que se evidencia uma elevada incidência de doenças parasitais e infeciosas, uma elevada taxa de mortalidade infantil, assim como uma reduzida esperança média de vida (García, García, Castilla e Adriano, 2014).

Em termos gerais, segundo Pacheco e Dos-Santos, (2014), existem no mínimo três fatores que ameaçam o sector económico externo angolano: o primeiro, uma elevada propensão para as importações; o segundo, a

excessiva volatilidade dos preços do petróleo; e por último, a desaceleração da economia mundial, que pode atingir países que sejam destinatários principais das exportações de Angola, como é o caso da China.

2. Caracterização da economia angolana

Angola é o sétimo país com maior extensão no continente africano dotado de uma superfície de 1.246.700 km^2 e uma população que se estima em 28,81 milhões de habitantes. Está localizada no sudoeste de África, na zona de clima tropical do hemisfério sul, entre a chuvosa franja da flo esta exuberante junto ao Equador, e a faixa meridional de desertos da Namíbia, com proximidade ao trópico de Capricórnio, passando pela margem litoral de um clima mediterrâneo suave. O país tem abundância em recursos naturais, terras muito férteis, se bem que escassas de cultivo, bons depósitos de minerais como: diamantes, ferro, bauxite, ouro, manganês, urânio e gás natural; para além do petróleo, que contribuiu para o crescimento das receitas do Estado, graças aos seus elevados preços também chamado "ouro negro" nas últimas décadas. No entanto, apesar de possuir incalculáveis riquezas, é um país com grandes desigualdades económicas (García e outros, 2014).

Antes da Segunda Guerra Mundial, a economia de Angola era eminentemente agrícola, sendo o café e o açúcar, os principais geradores de riqueza. Posteriormente, com a descoberta dos primeiros depósitos de petróleo, os proveitos aumentaram consideravelmente, mas a economia foi severamente afetada pelas crises sociopolíticas, e ainda mais, pela força de trabalho especializada (Camuegue, 2014).

A política comercial externa de Angola, adotada depois da sua independência, está apoiada na exportação de produtos secundários, principalmente petróleo bruto e diamantes; assim como na importação de bens manufaturados, em especial, aqueles associados aos de capital e de consumo com uma troca de serviços comerciais praticamente insignificante, segundo dados mostrados pela Organização Mundial de Comércio (OMC) (citada por Amado, 2018). Angola é membro da OMC desde 23 de novembro de 1996 e membro do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) desde 8 de abril de 1994. A unidade monetária oficial é o Kwanza (Kz); enquanto que o Euro e o dólar dos E.U.A. são as divisas estrangeiras utilizadas para a realização de operações ou transações comerciais externas.

Como consequência do decrescimento do sector manufatureiro, o qual é quase inexistente, e com uma agricultura em colapso que se foi reduzindo a uma agricultura de subsistência familiar, Angola passou a

importar mais de cinquenta por cento (50%) dos bens associados às necessidades básicas, o que segundo Carreras (citado por Amado, 2018, p. 256) representa o esboço de um enquadramento especialmente perigoso para o estímulo do sector industrial ao longo de todo o território nacional, pois o país poderia enfrentar um "neocolonialismo", ou seja "(…) a etapa final quiçá mais perigosa do imperialismo, porque nele os países só são independentes teoricamente porque económica e politicamente são dirigidos e controlados desde fora".

Historicamente, o Estado sempre manteve um papel primordial na economia angolana; a tal ponto que o Órgão de Exame das Políticas Comerciais (2015, p. 187) assinala que:

> As empresas públicas operavam em quase todas as esferas da atividade económica, em particular nos sectores do petróleo (sendo a empresa estatal, a Sonangol, o concessionário exclusivo do Estado que controla todas as atividades relacionadas com o petróleo) e do gás natural; nos sectores dos diamantes (nos quais a Empresa Nacional de Diamantes de Angola, ENDIAMA, tem os direitos mineiros exclusivos relativos aos diamantes em todo o território) e de eletricidade, que continuam a estar em grande medida nas mãos de monopólios estatais.

O petróleo representa noventa por cento (90%) das exportações do país e oitenta por cento (80%) da receita governamental, aproximadamente o equivalente a 5 mil milhões de dólares de receita bruta (Billion, 2001). Atualmente, Angola é o maior produtor de petróleo da África subsaariana[3], posição que anteriormente era ocupada pela Nigéria.

A primeira concessão para a exploração de petróleo em Angola foi oficializada sob a autorização do governo português no ano de 1910; a produção comercial desta valiosa matéria-prima só se iniciou senão no ano de 1956, quando a Companhia de Petróleos de Angola (Petrangol) iniciou a extração de crude na bacia do rio Kwanza. Posteriormente, esta empresa descobriu petróleo na bacia do rio Congo, o que a converteu na principal operadora da maior parte dos campos petrolíferos situados em terra, em associação com a companhia estadunidense Texaco e com a companhia Angol, propriedade da empresa portuguesa Sacor. Em paralelo, uma sucursal da Gulf Oil Norte Americana, a Cabinda Gulf Oil Company, começou as suas explorações em Cabinda, em 1954; e no ano de 1968 iniciou a sua produção petrolífera (Demurtas, 2007, p. 71).

> Como consequência destas importantes descobertas, a produção de petróleo em Angola passou de 2,5 milhões de toneladas, em 1969, a 8,2 milhões de toneladas, em 1973, enquanto que o volume das exportações se multiplicou quase por quatro. Por outro lado, e devido ao aumento do preço desta matéria-prima em 1973, o valor das exportações petrolíferas do país africano foi quase doze vezes maior na data mencionada em relação ao ano de 1969, e o petróleo superou o café como principal artigo de exportação no final da etapa colonial, com uma produção de 172.000 barris diários em 1974 (Sonangol, 2012; citado por García e outros, 2014, p. 111).

A exploração de petróleo em Cabinda chegou a representar, no ano de 1973, trinta por cento (30%) das receitas de exportação desta colónia. Segundo o que refere Amado (2018), esse mesmo petróleo que revolucionou o sector energético e industrial e facilitou a velocidade da mobilidade das pessoas, bens e serviços, também gerou a perda de milhões de dólares, quando a queda do seu preço no ano de 1986 foi registada, provocando a queda do Produto Interno Bruto (PIB).

Durante a guerra de Angola para conseguir a sua independência em relação a Portugal, mais de cinquenta por cento (50%) dos recursos do orçamento nacional foram usados para financiar o conflito armado. Depois da assinatura dos acordos de paz em 2002, o sector do petróleo transformou-se na principal fonte de receitas, convertendo-se na "maior força centrífuga do financiamento do orçamento de Estado para a preparação de estradas e expansão do mercado interno" (Gonçalves, 2011, p.129).

Posteriormente à culminação da guerra civil, Angola experimentou um crescimento económico apoiado na indústria extrativa, particularmente, a associada ao petróleo. Efetivamente, nos dez anos antes de 2014, o país tinha crescido a uma taxa média que superava os 9%; mostrando um ponto de inflexão na consolidação da economia angolana a partir do ano de 2002[4]. O auge económico originado a partir do ano de 2003, manteve o dinamismo da economia com taxas de crescimento acima dos dez por cento (10%). Este inusitado aumento viu-se minado pelo efeito da crise financeira global, cujo impacto provocou, pela primeira vez desde no ano de 2009, um decrescimento de 0,9% como se pode verificar no gráfico da Figura 1 (Pacheco e Dos-Santos, 2014).

Figura 1: *Taxas de crescimento do PIB em Angola (2000-2013)*

Fonte: *Index Mundi (citado por Pacheco e Dos-Santos, 2014)*

O decrescimento põe em evidência, "por um lado, a articulação de Angola com a economia global e as ameaças e oportunidades que esta correlação entranha; e por outro, a fragilidade do crescimento baseado na exportação de matérias primas, em particular do petróleo" (Pacheco e Dos-Santos, 2014, p. 111).

Desde o segundo semestre de 2016, o país é o maior produtor de petróleo de África; posicionando-se à frente da Nigéria. As reservas comprovadas de crude foram estimadas em 9.000 milhões de barris em 2016. Além disso, a produção de crude em abril de 2017 no país foi de 1,67 milhões de barris diários, respeitando assim as quotas impostas pela Organização de Países Exportadores de Petróleo[5] (OPEP). Entre outras cifras macroeconómicas que mostram a dependência económica de Angola referente ao petróleo, pode assinalar-se também que no ano de 2015, o crude representou 92% das exportações e um 50% das receitas fiscais (sem dados de percentagem do PIB).

Este sector, intensivo em capital, domina a economia do país, segundo as cifras constantes na Agência Económica e Comercial de Espanha em Luanda (2017). Desde o ano de 2003, os preços elevados do crude propiciaram importantes e inesperadas receitas fiscais para o Governo (com a exceção dos anos de 2009 e 2010).

> Em 2004 entrou em vigor uma nova legislação do sector cujos objetivos eram criar regras uniformes para futuros acordos de produção conjunta e clarificar o papel do Ministério do Petróleo, da empresa petrolífera estatal Sonangol e das empresas operadoras, num esforço para a atração de investimento estrangeiro. A situação sofreu uma mudança desde finais de

> 2014 quando o preço do crude caiu e reduziu drasticamente a entrada de divisas e receitas fiscais (Agência Económica e Comercial de Espanha em Luanda, 2017, p. 11).

Como consequência desta queda de preço do petróleo, o crescimento em Angola abrandou desde 2014. Neste contexto desvantajoso, o crescimento do PIB foi de 4,8% em 2014; de 3,0% em 2015 e em 2016 não superou o 0,6%. No entanto, a previsão do *Economist Intelligence Unit* (EIU, 2000) para o ano de 2017 assinalou um crescimento do PIB de 2,1%, ainda que outras fontes o cifrassem numa quantia menor.

Em general, a economia depende significati amente das indústrias extrativas, e essencialmente, do petróleo, e requere uma importante diversificação, provavelmente mediante o desenvolvimento do sector privado. Uma grande proporção do PIB de Angola deve-se à procura externa de crude. Apesar das indústrias, fábricas e o cultivo da agricultura terem experimentado um forte desenvolvimento recentemente, especialmente entre os anos de 2012 e 2014, este crescimento viu-se limitado a partir de 2015 devido à crise económica provocada pelos baixos preços do petróleo. Por último, há que destacar que o sector público continua a ser o motor da economia, estando o sector privado também muito subordinado ao desenvolvimento e financiamento promovidos pelo Estado (Agência Económica e Comercial de Espanha em Luanda, 2017).

3. Impacto dos preços do petróleo no continente africano

A economia da região atravessa momentos difíceis, pelo que existe o risco de estancamento de muitos dos avanços conseguidos no crescimento económico registado nos últimos anos e que se manteve ao longo de mais de quinze anos, gerando consequentes melhorias na qualidade de vida da população africana. Perante tal realidade, é indiscutível que a confluência de múltiplos fatores tanto internos como externos, está a provocar um culminar de tensões em muitos países do continente africano, entre os quais se incluem os maiores, sugerindo uma necessidade de uma restruturação imediata das suas políticas económicas.

Segundo o que conta Sayed (2016), o ritmo da expansão económica na região africana situou-se em 3,5% em 2015; registando-se como a percentagem de maior lentidão num período de quinze (15) anos. Apesar das perspetivas de crescimento não serem constantes e apresentarem variações de um país para outro no continente, o Fundo Monetário Internacional (FMI; citado por Sayed, 2016) projetava uma desaceleração global de 3%

para o ano de 2016, contrastando com o 6% registado na década anterior, e situando-se apenas acima do crescimento da população[6].

Nos últimos anos, a brusca queda dos preços das matérias-primas afetou de maneira muito significati a grande parte das economias mais importantes da África subsaariana. Apesar dos preços o petróleo terem sofrido uma ligeira recuperação no início de 2016, ainda se mantiveram aproximadamente a uns sessenta por cento (60%) abaixo dos máximos reportados em 2013, o que pode indicar que as economias africanas dependentes das receitas do crude sofreram um impacto sem precedentes. Certamente, como consequência desta situação, alguns países exportadores de petróleo, entre os quais se destaca a Nigéria e a Angola, assim como a grande parte dos países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)[7], fazem frente a condições económicas especialmente difíceis e complexas.

Atendendo às projeções do Fundo Monetário Internacional (citado por Sayed, 2016), nos países exportadores de petróleo o crescimento será ainda mais desacelerado; como produto da comparação dos 6% registado no ano de 2014, frente aos 2,5% evidenciado no ano de 2016. Estima-se, inclusive, que a desaceleração do crescimento será provavelmente mais violenta em Angola, devido à oferta limitada de divisas e à baixa despesa pública. Similarmente, na Nigéria, a queda dos preços do petróleo é uma limitante para a atividade económica, a qual também é agravada pelas perturbações do sector privado por causa das restrições cambiais. Lamentavelmente, segundo as tendências económicas registadas, estima-se que o crescimento continue a ser muito limitado, pelo menos, a médio prazo.

Adicionalmente, é importante mencionar que para a maioria dos mercados que fazem fronteira com a região, as condições de financiamento externo tornaram-se muito mais estritas em comparação com aquelas que foram experimentadas em meados do ano de 2014. Complementarmente, alguns tipos de flu os de capitais para estas zonas, como os empréstimos bancários transfronteiriços, reduziram-se significati amente.

4. Dinâmica transfronteiriça entre Angola e Namíbia: fronteira Oshikango – Santa Clara

A abordagem fundamental sobre o comércio informal transfronteiriço fundamenta-se na consolidação de um pilar económico significati o em toda a região e no continente africano em geral. Como tal, este tipo de negócio oferece um sólido investimento direto que suporta o desenvolvimento, assim

como também, representa uma receita para um número considerável de comerciantes e residentes da área, erguendo-se como o alicerce fundamental da base económica em dito território. Essencialmente, a economia informal tem uma obrigação vital em várias perspetivas económicas de muitos lares, e em particular, em conjunto com os processos comerciais transfronteiriços, serviram para conseguir uma ampla integração do mercado, na qual, as iniciativas impulsionadas pelo Estado exibiram debilidades.

Por outro lado, a Guerra Fria representou teoricamente um sólido obstáculo para a consolidação das relações internacionais, e para os especialistas em política externa, esta dimensão que antagonizou todo o desempenho económico, centrou-se em estabelecer uma nova ordem internacional que refletiu uma transformação no panorama político global que não foi atribuída a concorrência bipolar. Nestas regiões observou-se uma nova forma de organização com repercussões no segmento internacional. Como é típico, depois do final e devastador encontro entre polos, é exigida uma crescente preocupação internacional para levar a cabo esforços e uma organização da região (Pophiwa, 2017). Apesar disso, pode afirmar-se que o renascimento através do audacioso escrutínio do regionalismo[8] caracteriza-se pela presença de organizações regionais prévias, as derivadas do atual arranjo regional, e a formação de outras novas.

Atualmente, Angola ainda está a lutar para mudar a situação inconveniente da dependência do petróleo. De facto, a consolidação da diversificação económica foi um *slogan* durante um largo período de tempo. Tal é o caso, como se mencionou anteriormente, que Angola continua a depender imensamente das receitas petrolíferas para as suas operações no presente, e este, é a base da sua economia. De facto, a excessiva importância do petróleo na economia angolana gerou também uma enorme dependência dos preços internacionais do crude, "que representa 90% das receitas provenientes das exportações e 80% das receitas do Estado, ainda que o sector petrolífero empregue menos de 1% da população ativa no país africano (FMI, 2010; citado por García e outros, p.114).

A brusca queda dos preços do petróleo degradou em grande medida a posição do país no mercado. Isto afetou o comércio em todas as fronteiras, incluindo a famosa fronteira entre Oshikango e Santa Clara. Durante o período no qual o petróleo se manteve no seu auge, a maioria dos povos angolanos evoluíram e converteram-se em lugares ideais para comércio e operações de negócios.

Figura 2: *Fronteira Oshikango – Santa Clara.*

Fonte: *Elaboração própria (2018).*

Em particular, a população de Santa Clara que se localiza nos limites da fronteira com Namíbia, expandiu-se; passando de ser um pequeno cruzamento, a converter-se num nicho de mercado dinâmico que serviu signifi ativamente o fomento do comércio e das atividades produtivas. No enquadramento contemporâneo, transformou-se num centro logístico principal que põe à disposição: depósitos, armazéns, entrepostos, e outras infraestruturas e serviços financei os que também se enumeram na direção das operações comerciais transfronteiriças. Outra das áreas que se desenvolveu como resultado da influência do petróleo, é Soyo; uma cidade localizada no extremo norte, situada na costa, a qual também registou um drástico crescimento e expansão. Complementarmente, a região expandiu-se adicionalmente de forma substancial como resultado da exploração de gás natural. Soyo não só trouxe empregos para quem vinha à procura de trabalho no sector do gás, como também representou uma oportunidade para os contrabandistas e pessoas de áreas informais que proporcionavam assistência alimentar, entre outros serviços pertinentes (Telj eur, Chetty e Hendriksz, 2017).

Angola é conhecida como uma sociedade móvel, em que as pessoas percorrem longas distâncias consoante as circunstâncias em que surgem oportunidades comerciais. No entanto, à primeira vista faltam procedimen-

tos formais para propagar à informação sobre constituição de empresas. A difusão do conhecimento é levada a cabo de boca em boca e a maioria da população parece ter verdadeiras referências sobre onde ganhar alguns dólares.

No entanto, tudo pareceu mudar e transformar-se significativamente. O decrescimento dos preços do petróleo também afetou muitos sectores da sociedade angolana em geral. De facto, sem a incursão da moeda estrangeira, a maioria dos comerciantes fi aram sujeitos ao desafio de comprar produtos e serviços na Namíbia. O mais surpreendente é que muitas das pessoas não se desanimaram com este contexto, senão que esperam que as circunstâncias adversas avancem e mudem. A razão pela qual estas pessoas se mantêm nesta posição, é a de que o governo fez um investimento massivo com o maior alcance possível nos dias que se seguiram ao boom petrolífero. De facto, o Estado participou na constituição de instituições académicas, estabelecimentos de saúde, e também recrutou professores e enfermeiras, para além de se ter concentrado em consolidar grande parte dos serviços públicos.

Outra razão que mantém muitos comerciantes na região com a esperança de que a situação brevemente chegue a seu fim, foi a proximidade de futuras eleições. Geralmente, a população tem a perceção de que durante a sessão eleitoral, o governo tende a investir e a gastar uma boa quantidade de dinheiro como estratégia de campanha para solicitar votos substanciais. Por isso, a maioria dos comerciantes na fronteira antecipam que se repetirá o mesmo cenário, mantendo-se assim no seu lugar. Adicionalmente, a especulação de que os administradores da companhia petrolífera serão os ganhadores da política nacional, fomentou nas pessoas a crença de o contexto económico mudará de forma positiva.

Contrariamente a esta apreciação, a generalidade dos comerciantes e de outros especialistas económicos deveriam entender o conceito de que a economia está necessariamente vinculada à dependência do petróleo, já que grande parte da população será afetada no caso se que os preços deste baixem. Apesar disso, ao longo do desenrolar da guerra civil durante vinte seis (26) anos existiu a possibilidade de uma restruturação e o avanço da nova indústria. Para piorar, durante o período de paz de quatorze (14) anos, tanto o governo como as instituições privadas careceram de mecanismos adequados para avançar na situação, e por isso conseguiram piorá-la até um nível ainda mais significati o.

Figura 3: *Vista aérea da fronteira Oshikango – Santa Clara*

Elaborado pelo autor: Ezequiel Israel Jonas
Imagem de fundo: ©Google Earth, ©2016 CNES/Astrium

Fonte: *Retirado de ©Google Earth, ©2016 CNES/Astrium, pelo autor*

O facto de que diversificação se tenha visto prejudicada na região durante um longo período sem que nada ocorrera, é uma observação determinante que apoia a ideia de que uma alteração urgente é necessária. Vale a pena assinalar que Angola está dotada dos especialistas em petróleo mais destacados, mas curiosamente, carece de trabalhadores profissionais noutros sectores também importantes como o são o da energia, da água e da agricultura.

Pode dizer-se que a crise do petróleo arrasta o estilo de vidada população angolana até a um ponto morto. A maioria da população de Angola que resiste no estrangeiro esteve exposta a tempos difíceis, apesar desta ser atualmente o produtor de petróleo da região. O desafio foi gerado devido à luta para fazer frente à queda de cinquenta por cento (50%) dos preços do petróleo desde o início dos anos anteriores. As estatísticas assinalam que as receitas petrolíferas em Angola representam aproximadamente noventa e oito por cento (98%) das receitas totais das exportações do país. Especificamente, no que diz respeito a medidas tomadas pelo governo angolano como consequência da descida dos preços do petróleo, este viu-se obrigado a reduzir o orçamento total em alguns níveis.

Foram muitos os desafios que o país já teve que enfrentar historicamente graças à inesperada diminuição dos preços do petróleo, tal como ocorre no momento atual. Como exemplo, poderia mencionar-se um sucesso que ocorreu posteriormente à guerra civil, a qual obrigou Angola a usar a cerveja como moeda comum. De facto, a inflação escalou particularmente no ano de 1980 quando disparou para cima, resultando em $1 equivalente a Kz 2.000.

Durante este período, a maioria dos estudantes angolanos deveriam regressar ao seu país de origem a partir da Namíbia, já que não poderiam manter o seu padrão de vida nesse lugar. Isto obstruiu o desenvolvimento da educação na região substancialmente. O pior cenário levou ao embargo do negócio das empresas petrolíferas e uma posterior redução das operações de tais empresas.

Como resultado, o dinheiro escasseava entre os residentes de Angola, e a maioria das pessoas carecia de capital para pagar a renda da casa, entre outros gastos. No mesmo sentido, muitas das instituições bancárias do país foram fechadas e as contas bloqueadas, o que também impediu que muitos angolanos conseguissem aceder ao dinheiro por qualquer meio. A situação de escassez de dinheiro afetou muitas pessoas, incluindo o namibiano e as pessoas que lutavam para sobreviver. Como tal, muitas pessoas optaram por transladar-se à fronteira, o que permitia a transação de dinheiro em

condições de segurança. De facto, a fronteira entre Oshikango e Santa Clara facilitou o intercâmbio de dinheiro seguro em Kwanza, permitindo a troca com dólares da Namíbia.

Muitos dos analistas internacionais afirmam que os preços mais baixos do petróleo impactariam significati amente e em enormes proporções os maiores processos de Angola, especialmente no horizonte 2016/2016. No horizonte do ano anterior, o Banco Mundial conseguiu oferecer à volta de US $650 milhões como ajuda financeira para facilitar a estabilidade económica da região.

Um inquérito recente também assinalou que as vítimas mais afetadas da redução das taxas petrolíferas, foram os estudantes que ainda estão no curso da sua educação. Esta situação originou a redução do número de alunos que assistem às aulas, já que grande parte de eles reclamaram a falta de financiamento para manter a sua estadia nas respetivas instituições académicas. Fontes válidas de informação afirmaram que no início do semestre a maioria dos educandos costuma ausentar-se das aulas, alegando como justificação a sua necessidade de ter de viajar até à fronteira para ir buscar dinheiro.

Alguns dos diretores de escolas também deram fé do facto de que uma proporção significati a dos estudantes que estão presentes nas entidades educativas, também não liquidaram as suas quotas da matrícula escolar. Isto criou uma situação severa e devastadora para as instituições, já que o término escolar está quase a chegar ao fim e a maioria dos alunos não aprovou a totalidade dos seus exames e também não pagaram as suas quotas da matrícula. Sob estas circunstâncias, um grande número de pais acompanharam os seus representados para solicitar que se lhes permita aos estudantes comparecer nos exames e se lhes reserve o resultado dos mesmos, enquanto não conseguem pôr os atrasos em dia.

Nesta linha de pensamento, pode referir-se que isto também colocou os administradores escolares numa posição de terem de ser ajudados; já que afirmam que é injusto, especialmente para o estudante que pagou os seus honorários e na devida altura. Muitos dos líderes políticos também já se aproximaram dos pais para gerir a colaboração das instituições bancárias, a fim de que sirvam de apoio para cobrir os gastos de viagem e a perda de tempo no processo de mudar-se para a fronteira para poder pagar as tarifas escolares. Grande quantidade de pessoas descreveu a distância que os seus parentes tiveram de caminhar para ir solicitar dinheiro na fronteira Oshikango e Santa Clara. Também se diz que a maioria destes familiares regressavam sempre cheios de complicações de saúde.

Em geral, a crise do petróleo aprofundou-se a partir do momento em que o governador do Banco Central da Namíbia restringiu a utilização do Kwanza aos bancos localizados na fronteira; em oposição aos de Angola, que foram restringidos ao uso do dólar estadunidense. Essencialmente, isto converteu-se numa grave crise financeira que influiu não só na linha de negócios básica, mas também nos angolanos no exterior e nos seus respetivos lares. Inclusive, a maioria das pessoas recusou viajar para casa devido a esta crise financeira vigente em Angola. Neste contexto, quando a crise financeira esteve no seu auge, a Western Union em Oshikango e Santa Clara, em conjunto com outros corpos diplomáticos, foram fechados; o que se deveu à falta de disponibilidade do dólar estadunidense como consequência da inflação na taxa de câmbi .

Observou-se com isto, que muitos compradores angolanos recusaram prolongar a sua despesa, já que tensão na receita disponível subiu muito, assim como também uma reação adversa posterior ao rendimento minorista. Por exemplo, o gerente da tenda de Sr. Price, Maerua Mall, com o nome Ndeuhala Ngila, confessou que a situação também tinha levado a uma redução do número de angolanos que iam comprar ao centro comercial (Nickanor, Kazembe, Crush& Wagner, 2017). Por isso, esta situação posicionou-os no carril da luta do sector minorista, de uma maneira tremenda; já que a organização experimenta um baixo número de vendas que também afetou as suas operações diárias. O grupo mais afetado na sociedade são as mulheres, que na sua maioria confessaram que enfrentam uma situação problemática e procuram angariar capital suficiente para a sua subsistência. Em particular, as crises económicas nos estados que se encontram na fronteira com Angola têm efeitos de longo alcance para toda a economia da Namíbia.

Angola, como foi anteriormente mencionado, tem uma crise financera que afetou um número significati o de sectores que incluem áreas como o transporte, a venda retalhista, o alojamento, o turismo, a construção, a educação, e a banca, que também está a ponto de minguar. Este contexto de declínio gera-se como uma consequência direta da crise económica do país, produto do resultado de uma redução dos preços do petróleo. O que é mais significati o, é que apesar de que Angola esteja posicionada como a segunda economia maior de África entre as nações produtoras de petróleo, tem experimentado continuamento uma deterioração constante. Por outro lado, o mercado da Namíbia viu-se fortalecido, uma vez que os consumidores angolanos se viram obrigados a lutar as suas batalhas e a diversificá-las no desespero de melhorar a sua qualidade de vida.

No entanto, a Namíbia, no outro extremo da fronteira, também se viu seriamente afetada pelo colapso do dólar estadunidense e do rand sul-africano[9], assim como pelo colapso global dos preços do petróleo que atingiu Angola, a qual depende da renda petrolífera e cujo declive teve um impacto significati o na economia do país. O tratado de conversão de divisas que foi levado a cabo entre Angola e Namíbia facilitou a troca recíproca das moedas nacionais no limite fronteiriço entre Oshikango e Santa Clara; no entanto, este foi abolido perante o pioramento da situação, implicando que as duas moedas não se pudessem intercambiar através das fronteiras entre Angola e Namíbia. No mesmo sentido, as cifras recolhidas pelo *Namibian Sun* indicam que desde o segundo trimestre de 2014 até ao último trimestre de 2015, observou-se na região uma diminuição dramática das exportações de aproximadamente 85% (Hulse, 2018).

Especificamente, as estatísticas recolhidas no ano de 2014 indicam que Oshikango recebeu à volta de 11 bilhões de dólares namibianos[10] (11 N$) como valores de exportação, os quais sofreram uma diminuição em relação ao ano seguinte, 2015, em que se registou um valor neto de exportação de aproximadamente N$ 3 milhões em exportações. O sector retalhista da Namíbia também sofreu muito com a queda dos preços do petróleo. Em Oshikango, o preço do petróleo reduziu-se aproximadamente 25%. Certamente, nesta situação, sectores ligados tanto a hotéis como a instalações de alojamento também observaram um decrescimento em cidades importantes, como Oshikango, que é uma cidade que evidenciou uma diminuição significati a das suas receitas de aproximadamente 90% (Awinador-Kanyirige, 2017). Também houve uma descida notável nos serviços de transporte por camião, demonstrada por uma redução de setenta por cento (70%) do volume de contentores nas linhas de envio.

A crise na pequena fronteira, assim como a ausência de disponibilidade de canais de pagamento entre Angola e Namíbia, provocaram um colapso tremendo nos preços das propriedades, particularmente em Helao Nafidi. Atualmente, existem importantes relatórios que assinalam um aumento significativo na disponibilidade do espaço comercial à medida que o número de empresas a fechar vai crescendo consideravelmente. Também há uma diminuição geral no número de residentes angolanos que viajaram à Namíbia à procura de serviços médicos. Como tal, o 35% da receita da Namíbia que se gerava inicialmente a partir dos angolanos residentes foi alterado (Araoye, 2018).

Em resumo, é certo que o comércio transfronteiriço atua como uma base económica forte para a região e no continente africano. Como tal, a queda nos preços do petróleo para a dinâmica transnacional de Angola foi

um golpe duro para os processos económicos na fronteira, extensível ao longo de Angola e Namíbia. As atividades económicas fronteiriças constituem a razão da sólida integração de mercado entre as duas regiões. É imprescindível a ordem internacional numa maior escala; e a necessidade de procurar um acordo regional, é uma iniciativa indiscutivelmente inadiável.

5. A maneira de conclusao

A brusca descida dos preços das matérias-primas nos últimos anos, afetou de forma muito significati a grande parte das economias mais importantes da África subsaariana; como consequência disto, alguns países exportadores de petróleo, entre os quais se destacam principalmente Angola e a Nigéria, enfrentam atualmente condições económicas especialmente difíceis e complexas. Em particular, a economia de Angola caracteriza-se por ser pouco diversificada, dependendo em grande medida das receitas petrolíferas; e fundamentada, para além disso, num modelo de exportação petrolífera com uma elevada intervenção estatal. Por causa disso apresenta vulnerabilidade perante os vaivéns do preço do petróleo, acrescido do facto de que este, praticamente um monopólio produtivo, também afetou o desenvolvimento de outros sectores, como a agricultura e os serviços, devastados pelas três décadas de guerra civil.

Perante as condições de volatilidade deste complexo mercado, os preços do petróleo baixaram nos últimos anos, provocando severos impactos na diminuição do Produto Interno Bruto, e em geral, no crescimento económico de Angola; apesar de que economia tenha registado um crescimento explosivo em décadas anteriores.

A brusca queda dos preços do crude, degradou consideravelmente a posição do país nos mercados mundiais, o que afetou o comércio em todas as fonteiras, incluindo a de Oshikango e Santa Clara nos limites de Angola com Namíbia; região de importância nos processos de integração económica entre ambos os Estados. Para além de outras repercussões na zona, é destacável o facto de que a economia informal, a qual representa o sustento de muitos lares e é o pilar fundamental da dinâmica comercial transfronteiriça, se viu abatida; entre outras razões, pelas limitações impostas na fronteira à incursão de moeda estrangeira. Por outro lado, os angolanos que vivem no estrangeiro também se viram prejudicados, especialmente os estudantes e as suas famílias.

Essencialmente, gerou-se uma crise fi anceira que afetou tanto angolanos residentes como aqueles que vivem no exterior, agudizada pelas restrições que os governos de Angola e Namíbia impuseram aos bancos

na fronteira. Áreas como o transporte, a venda a retalho, o alojamento, o turismo, a construção, a educação, a banca e, especialmente, o sector imobiliário, também sofreram as consequências dos défices no rendimento petrolífero. É evidente então, que esta crise também se tenha expandido à Namíbia, cuja economia depende, em grande parte, dos flu os comerciais que se geram na região.

Finalmente, os desafios que a África subsaariana, e em particular Angola, enfrenta depois da queda dos preços do petróleo nos mercados mundiais, devem servir como recordatório da necessidade de reforçar a capacidade interna dos Estados em responder aos impactos externos.

Notas

1 Para definir com maior clareza o conceito de Países Menos Avançados (PMA) sugere-se a consulta do Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; "Os países menos avançados. Relatório da UNCTAD, 2008". ONU. New York, 2008.

2 Para Pacheco e Dos Santos (2014), não existe na bibliografia especializada uma definição concreta do que deve ser entendido como "problemas estruturais", os quais poderiam ser considerados como aquelas condições (problemas) que surgem primeiramente como premissas, e logo, como resultado do processo de acumulação produtiva que provoca disfuncionalidades e dificulta o desenvolvimento.

3 A África Subsaariana é constituída por 47 países: África do Sul, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Ilhas Comores, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quénia, República Centro-Africana, Ruanda, República Democrática do Congo (Ex-Zaire), São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbabué (Amado, 2018).

4 O Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação (2012), citado por Pacheco e Dos-Santos (2014, p. 110) aponta o seguinte: Depois de uma longa guerra civil que finali ou no ano de 2002, Angola vai-se alterando de uma economia pós-conflito a uma economia tipicamente de mercado. Para isso conta com a ajuda de uns importantes recursos naturais: petróleo, gás natural, diamantes, minerais, recursos hidráulicos, agrícolas e pesqueiros.

5 A admissão de Angola como membro de pleno direito na OPEP, a 1 de janeiro de 2007, supõe que esta assumiu uma posição chave nos mercados energéticos mundiais (García e outros, 2014).

6 De facto, para o ano de 2016, o Fundo Monetário Internacional projetava que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita no continente africano fosse inferior a 1% por dois anos consecutivos pela primeira vez desde finais dos anos n venta (Sayed, 2016).

7 A CEEAC é uma comunidade focada na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos seus Estados-membros, a paz e a segurança da região sob um enfoque de integração económica. Segundo o seu tratado, o seu domínio de intervenção é o seguinte: A paz, a segurança e a estabilidade, incluindo o funcionamento do Conselho da Paz e da Segurança da África Central (COPAX); a integração física e monetária; infraestrutura, incluindo o transporte, a energia, a água, a informação e a tecnologia das comunicações; a agricultura; a gestão dos ecossistemas na bacia do Congo; o desenvolvimento rural; o comércio; os costumes; a criação de capacidade e a visibilidade da CEEAC(Commission des Forêts d'Afrique Centrale, 2018; citada por Amado, 2018, p. 321).

8 Para Bernal (2009), o regionalismo refere-se especificamente a três aspetos não necessariamente coincidentes, mas possivelmente compatíveis. O primeiro, abarca a perspetiva das relações internacionais, sob a qual, o regionalismo involucra a criação, expansão ou integração de, ou por um subsistema. Um segundo aspeto, associa-se à ótica da política externa, onde o regionalismo pode ser referido como um paradigma que sustém elementos de uma determinada política externa, de carácter Estado-nacional ou comum, ou harmonizada. Por último, no contexto da economia política, o regionalismo implica um certo grau de integração económico-comercial dentro de uma área geográfica comum contínua ou determinada.

9 O dólar substituiu o rand sul-africano, que tinha sido o signo monetário vigente do país enquanto estava sob o domínio da África do Sul (Chester e Mishler, 2002).

10 O dólar namibiano é a moeda de curso legal da Namíbia desde 1993. Abrevia-se normalmente som o sinal "$" de dólar, ou N$ para distingui-la de outras moedas também chamadas dólar. O rand continua a ser a moeda de curso legal, pois o dólar da Namíbia tem uma relação com o rand de R1-N$1 (Chester e Mishler, 2002).

Referências

Agência Económica e Comercial de Espanha em Luanda (2017). *Relatório Económico Comercial – Angola.*

Amado, S. (2018). *Os processos de integração e cooperaçã*o em *África. O papel de Angola*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense de Madrid. Documento online, consultado em agosto de 2018. Recuperado de: https://eprints.ucm.es/48215/1/T40073.pdf

Araoye, A. (2018). *African Politics Since Independence. In The Palgrave Handbook of African Colonial and Postcolonial History* (pp. 681-728). Palgrave Macmillan, New York.

Awinador-Kanyirige, D. (2017). *Effects of the Economic Partnership Agreements on Regional Integration in Africa* (Doctoral dissertation, University of Cape Town).

Bernal, R. (2009). O Regionalismo: Conceitos, paradigmas e processos no Sistema Mundial Contemporâneo. *Contributos para a Integra*ção *Latino-americana*, Ano XV, Nº 21 /dezembro2009 ISSN 1667-8613. RNPI 699.864, Instituto de Integração Latino-americana, Universidade Nacional de La Plata.

Billon, P. (2001). Le. Angola´s Political economy of War: The Role of Oil and Diamonds, 1975-2000, *African Affairs*, pp. 55-80 (61).

Camuegue, V. (2014). A regulação jurídica do investimento estrangeiro na República de Angola (Trabalho de Diploma). Documento online, consultado em agosto de 2018.Recuperado de: http://dspace.uclv.edu.cu/bitstream/handle/123456789/1885/Tesis%20VLADIMIR%20MIGUEL%20CAMUEGE.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Chester, K. e Mishler, C. (2002). *Standard Catalog of World Coins: (1901–2002)*. Krause Publications. ISBN 0-87349-401-6.

Commission des Forêts d'Afrique Centrale (2018). Domaines d'intervention de la CEEAC. Documento online, consultado em novembro de 2016. Recuperado de:http://www.comifac.org/fr/content/domaines-dintervention-de-la-ceeac.

Dermutas, B. (2007. Angola, futuro e liberdade. *Cole*ção *Experiê*ncias *de Desenvolvimento*, número 3, Iepala. Editorial, Madrid

Economist Intelligence Unit (EIU) (2000). *Relatório sobre País: Angola*, agosto de 2000.

Fundo Monetário Internacional (2016). Crescimento demasiado lento por demasiado tempo. Perspetivas da Economia Mundial, abril 2016. Documento online, consultado em agosto de 2018. Recuperado de: http://www.imf.org/external/ns/search.aspx?hdCountrypage=&NewQuery=angola+2018&search=Buscar&filteL&collection=SITESL&lan=esl&iso=&requestfrom=&countryname=&f=

García, J.; García, F.; Castilla, C. e Adriano, S. (2014). Petróleo, pobreza e meio ambiente em Angola. *Boletim da Associação de Geógrafos Espanhóis*. N.º 64 - 2014, págs. 101-126. Documento online, consultado em agosto de 2018. Recuperado de: www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/a ticle/download/1693/1610

Global Witness (2004). *Time for Transparency*. Documento online, consultado em agosto de 2018 Recuperado de: http://www.reliefweb.int/library/documents/2004/gw-transparency-24mar.pdf

Gonçalves, J. (2011). *A economia ao longo da História de Angola, Luanda, Mayamba*.

Hulse, M. (2018). Actorness and trade negotiating outcomes: West Africa and the SADC Group in negotiations for Economic Partnership Agreements. *International Relations*, 32(1), 39-59.

Human Rights Watch (2010): Transparency and Accountability in Angola: An Update.
ISBN: 1-56432-609-8. Documento online, consultado em outubro de 2012. Recuperado de: ww.hrw.org/reports/2010/04/13/transparency-and-accountability-angola-0.

Ministério de Assuntos Exteriores e de Cooperação (2012). Agência de Informação Diplomática. Consultado em abril de 2012. Recuperado de: www.maec.es/es/.../Angola/...

Nickanor, N., Kazembe, L., Crush, J.& Wagner, J. (2017). No. 26: *The Supermarket Revolution and Food Security in Namibia.*

Oliveira, R. (2015). *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War*, Nueva York, Oxford University Press, pp.13-14.

Órgão de Exame de Políticas Comerciais (2015). *Análise das Políticas Comerciais em Angola*. Relatório da Secretaria, 18 de agosto de 2015, pp. 1-87. Documento online, consultado em dezembro de 2015. Recuperado de: https://www.wto.org/spanish/tratop_s/tpr_s/s321_s.pdf.Página consultada em 27 de dezembro de 2015.

Organização das Nações Unidas. (2008). *"Os países menos avançados. Informe da UNTACD, 2008"*. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Pacheco, U, edos-Santos, M. (2014). *A economia de Angola: crescimento de Angola e vulnerabilidade do sector externo*. Anuário Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. Documento online, consultado em agosto de 2018. Recuperado de: www.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/a ticle/download/1693/1610

Pophiwa, N. (2017). *Cashing in on Mobility: Cross-Border Shopping and the Political Economy of the Zimbabwe–South Africa Borderland. In Migration, Cross-Border Trade and Development in Africa* (pp. 159-190). Palgrave Macmillan, Cham.

Sayeh, A. (2016). É hora de reajustar as políticas. Finanças e Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional. Documento online, consultado em agosto de 2018. Recuperado de: https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/spa/2016/06/pdf/fd0616s.pdf

Sonangol (2012). *Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. Governo da República de Angola*. Documento online consultado em agosto. Recuperado de: www.sonangol.co.ao.

Teljeur, E., Chetty, M., & Hendriksz, M. (2017). *Africa's prospects for infrastructure development and regional integration: energy sector. Infrastructure in Africa: Lessons for Future Development*, 185.